

v.33 n.2
Jul-Dez/2023

Feminismo decolonial em debate:
perspectivas latino-americanas em
políticas públicas e direitos humanos

ISSN 1414-9184
eISSN 1984-669X

Praia Vermelha



Estudos de Política e Teoria Social

Praia Vermelha

ISSN 1414-9184
eISSN 1984-669X

PERIÓDICO CIENTÍFICO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Feminismo decolonial em debate: perspectivas latino-americanas em políticas públicas e direitos humanos

v.33 n.2

Jul-Dez/2023

A Revista Praia Vermelha é uma publicação semestral do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro cujo objetivo é servir como espaço de diálogo entre centros de pesquisa em serviço social e áreas afins, colocando em debate, sobretudo, os temas relativos às políticas sociais, políticas públicas e serviço social.

Conheça nossas [políticas editoriais](#).



Praia Vermelha

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

REITOR

Roberto de Andrade Medronho

PRÓ-REITOR DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

João Torres de Mello Neto

ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL

DIRETORA

Ana Izabel Moura de Carvalho

VICE-DIRETOR

Guilherme Silva de Almeida

DIRETORA ADJUNTA DE PÓS-GRADUAÇÃO

Fátima da Silva Grave Ortiz

REVISTA PRAIA VERMELHA

EDITORA-CHEFE

Andrea Moraes Alves UFRJ

EDITORA ASSOCIADA

Patrícia Silveira de Farias UFRJ

EDITORAS AD HOC v.33 n.2

Lília Guimarães Pougy UFRJ

Ludmila Fontenele Cavalcanti UFRJ

EDITOR TÉCNICO

Fábio Marinho

REVISÃO

Maria Helena Torres

Nicole Leal

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Fábio Marinho

CONSELHO EDITORIAL

Angela Santana do Amaral UFPE

Antônio Carlos Mazzeo USP

Arthur Trindade Maranhão Costa UNB

Christina Vital da Cunha UFF

Clarice Ehlers Peixoto UERJ

Elenise Faria Scherer UFAM

Ivanete Boschetti UFRJ

Jean François Yves Deluchey UFPA

Leonilde Servolo de Medeiros UFRRJ

Marcos César Alvarez USP

Maria Cristina Soares Paniago UFAL

Maria Helena Rauta Ramos UFRJ

Maria das Dores Campos Machado UFRJ

Maria de Fátima Cabral Gomes UFRJ

Myriam Moraes Lins de Barros UFRJ

Ranieri Carli de Oliveira UFF

Rodrigo Castelo Branco Santos UNIRIO

Rodrigo Guiringuelli de Azevedo PUCRS

Salviana de Maria Pastor Santos Sousa UFMA

Suely Ferreira Deslandes FIOCRUZ

Publicação indexada em:

Latindex

Portal de Periódicos da Capes

IBICT

Base Minerva UFRJ

Portal de Revistas da UFRJ

Escola de Serviço Social - UFRJ

Av. Pasteur, 250/fundos

CEP 22.290-240

Rio de Janeiro - RJ



Praia Vermelha: estudos de política e teoria social /Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Vol.1, n.1 (1997) – Rio de Janeiro: UFRJ. Escola de Serviço Social. Coordenação de Pós-Graduação, 1997-

Semestral
ISSN 1414-9184
eISSN 1984-669X

1.Serviço Social-Periódicos. 2.Teoria Social-Periódicos. 3. Política- Periódicos I. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social.

CDD 360.5
CDU 36 (05)

➡ Para uma melhor experiência de leitura, recomendamos o acesso por computador com visualização em tela cheia (CTRL+L).

➡ Navegue pelo texto utilizando os ícones na lateral esquerda das páginas ou as setas em seu teclado.

➡ Clique [aqui](#) para baixar, instalar e utilizar gratuitamente o Adobe Reader.



Janine Moraes / Ministério da Cultura (via Wikimedia Commons)

Marcha das Mulheres Negras

APLICAÇÃO EM CAPA MODIFICADA COM A FERRAMENTA ADOBE FIREFLY IMAGE 2

Sumário

- DOSSIÊ EDITORIAL 183** **Feminismo decolonial em debate: perspectivas latino-americanas em políticas públicas e direitos humanos**
Lilia Guimarães Pougy & Ludmila Fontenele Cavalcanti
- DOSSIÊ ENSAIOS 186** **Perspectivas feministas decoloniais em algumas autoras: e o caso Brasis? Que políticas?**
Mary Garcia Garcia Castro & Tatiana de Paula Soares
- 210** **Fora da ordem: deslocamentos de insurgências feministas decoloniais** *Tatiana Dahmer Pereira*
- 230** **Corpo-território, os comuns e as mulheres quilombolas**
Maria Raimunda Penha Soares
- DOSSIÊ ARTIGOS 256** **O racismo e seus reflexos na saúde das docentes negras da UFRJ**
Rosimar Borges
- 276** **Trabalho feminino na formação social brasileira: aportes da Teoria da Reprodução Social** *Tahiana Meneses Alves*
- 301** **O feminismo decolonial e a interseccionalidade nas políticas públicas LGBTI+no Brasil (1998-2021)**
Henrique Rabello de Carvalho & Maria Celeste Simões Marques
- 324** **Uma crítica à reprodução da colonialidade cisgênera no feminismo decolonial** *Bruno Latini Pfeil & Cello Latini Pfeil*
- 349** **Políticas para mulheres: a luta por igualdade, direitos e enfrentamentos às violências**
Silvana Maria Escorsim & Beatriz Santana da Silva
- 375** **Entre a política e a política pública antirracista no Brasil: qual é a política da política pública brasileira?** *Luiza da Costa de Deus*
- 396** **A urbanização capitalista brasileira e o déficit habitacional: breve análise sobre a segregação espacial a partir de gênero e raça**
Joyce Kelly de Jesus Santos, André Henrique Mello Correa & Josefa de Lisboa Santos
- 420** **Descaso ou ferida colonial? Gênero nas políticas públicas educacionais no Brasil** *Susane Petinelli Souza*
- 445** **“Se o caminho é meu, deixa eu caminhar”:**
mulheres negras e identidades *Laurita de Queiroz Bomdespacho*



Para acessar os demais textos deste número clique aqui e veja o sumário online.

DOSSIÊ RELATOS DE EXPERIÊNCIA

- 458**
Metodologia de Atendimento Interdisciplinar do Centro de Referência para Mulheres Suely Souza de Almeida (NEPP-DH/UFRJ)
Bárbara Zilli Haanwinckel et alia
- 476**
Protagonismo feminino no PET de Humanidades e Letras da Unilab/Ceará (2013-2020) *Ana Cássia Alves Cunha et alia*
- 500**
As Ocupações do Movimento Olga: experiência popular de enfrentamento à violência patriarcal
Olivia Alves da Fonseca Aguera Nunes, Barbara Brame & Larissa Franco

Praia Vermelha

PERIÓDICO CIENTÍFICO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Trabalho feminino na formação social brasileira: aportes da Teoria da Reprodução Social

Trabalho feminino
Formação social brasileira
Teoria da Reprodução Social
Totalidade social

O artigo analisa particularidades do trabalho feminino na formação social brasileira. Parte de uma pesquisa bibliográfica. Possui como suporte analítico a Teoria da Reprodução Social (TRS). O trabalho realizado em países dependentes como o Brasil é superexplorado, especialmente o das mulheres negras. O trabalho reprodutivo por elas realizado é valorado inferiormente, embora seja indispensável à produção e à reprodução do capital. Isso se deve à unidade entre as relações de exploração-opressão de classe, gênero e raça na totalidade social capitalista, tal como sustenta a TRS.

Tahiana Meneses Alves

Assistente Social e Mestra em Políticas (UFPI). Mestra e Doutora em Sociologia (UMINHO). Doutoranda em Serviço Social (UFRJ).

Female work in Brazilian social formation: contributions from Social Reproduction Theory

The article analyzes particularities of female work in Brazilian social formation. It is a bibliographic research. It has as analytical support the Theory of Social Reproduction (TSR). The work carried out in dependent countries like Brazil is overexploited, especially that of black women. The reproductive work performed by them is valued inferiorly, although it is indispensable for the production and reproduction of capital. This is due to the unity between the relations of exploitation-oppression of classe, gender and race in the capitalist social totality as supported by the TSR.

Female work
Brazilian social formation
Social Reproduction Theory
Social totality





Introdução

O artigo possui o objetivo de analisar algumas particularidades do trabalho feminino na formação social brasileira a partir da Teoria da Reprodução Social (TRS).

Ao falar de trabalho, não nos referimos ao termo enquanto dispêndio de energia, atividade física, atividade trabalhosa ou sinônimo de emprego (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011). Falamos da categoria que, segundo Nascimento e Gonçalves (2021), é fundamental para entender a historicidade da relação ser humano-natureza, mas também a intensificação da exploração de trabalhadores(as) no capitalismo contemporâneo, já que está apoiado na divisão sexual e racial do trabalho.

O artigo parte de uma pesquisa bibliográfica. A primeira parte trata do trabalho enquanto categoria ontológica fundante do ser social e de como ela se expressa na sociabilidade capitalista. A segunda parte trata do trabalho feminino na formação social brasileira. Para tal, amplia a análise em torno da categoria trabalho a partir da TRS. Depois, traz algumas particularidades do trabalho feminino no Brasil.

Numa totalidade dialeticamente enformada por relações sociais antagônicas/ hierárquicas, a divisão social do trabalho entre pessoas de diferentes sexos, raças, classes não ocorre aleatoriamente. As formas de exploração são diversas e têm a ver com a posição que ocupam na estrutura social. Sob essa lógica, o capital utiliza essas forças de trabalho disponíveis de acordo com suas necessidades.

O trabalho: categoria ontológica fundante do ser social e a forma que assume na totalidade capitalista

A ontologia marxiana implica no estudo profundo das determinações do ser social partindo da radicalidade da compreensão do real, da ida à raiz ou ao fundamento das coisas (LESSA, 2012). É de cunho histórico-materialista. Materialista porque considera o ser como parte movente e movida por algo maior, um complexo concreto. Histórica porque considera que o ser, em seu conjunto, é um processo histórico (LUKÁCS, 1978). A essência do ser não é dada *a priori*, mas a partir de seu próprio processo de desenvolvimento ontológico, de seu movimento. O ser é, portanto, um “estar sendo” (LESSA, 2012).





Para Marx, o ser material vem antes da consciência. Isso não significa que a consciência tenha menor valor ontológico que a matéria, mas que é um produto tardio do desenvolvimento material. A consciência faz parte igualmente do ser e determina dialeticamente a existência. Para Lukács (2018), o fato de a consciência vir depois da matéria está relacionado com o próprio desenvolvimento do ser. Ciências da natureza ajudam a entender: da matéria ou de um ser inorgânico (e da sua constante transformação sob determinadas circunstâncias), surge um ser orgânico e, deste (e da sua capacidade constante de reprodução/reposição), surge um ser social que possui qualidades não presentes em outros animais, como a consciência.

Não é possível construir um conhecimento imediato e preciso dessa transformação do ser orgânico em ser social. Não é possível reproduzi-la em laboratório como, por exemplo, pode ser observada a transformação do ser inorgânico em orgânico. O máximo é um conhecimento *post festum*, iluminado pelo método marxiano: entender que a anatomia do ser humano (posterior) é a chave para o entendimento da anatomia do macaco (anteriores). Ou seja, o estágio anterior, mais primitivo, é reconstruível – intelectualmente, de forma abstrato-analítica, portanto – a partir do estágio mais elevado (LUKÁCS, 2018).

De ser inorgânico a ser orgânico. De ser orgânico a ser social. Tais são os patamares de transição do ser. O ser social não deixa de ser orgânico ou inorgânico. Ele brota de suas formas precedentes, combinando-se e fundindo-se com elas numa unidade na diversidade entre as três esferas ontológicas (inorgânica, orgânica e social). A transição do ser orgânico a ser social é a mais importante. Corresponde ao que Lukács (2018) denomina de salto ontológico, que é a transição de um nível de ser para outro qualitativamente diferente, neste caso, o ser humano. O evento que possibilita tal salto explica o surgimento de qualidades nos seres humanos que não estão presentes em outros animais. Qual seria este evento? O trabalho!

Assim podemos entender a máxima, tão presente na tradição marxiana, de que “o trabalho é a categoria fundante do ser social” (LUKÁCS, 2018). É que o trabalho enquanto práxis social primeira contém todas as determinações que constituem a essência do ser social (socialidade, universalidade, consciência, liberdade). Ele gera o salto da humanidade para fora da natureza estritamente





(LESSA, 2012). A partir do ser social vão se desenvolvendo e se entrelaçando características decisivas como o trabalho, a linguagem, a cooperação, a divisão do trabalho, novas relações de consciência com a realidade – todas partes de um complexo concreto (LUKÁCS, 2018).

O trabalho enquanto fundante do ser social possui duas dimensões. Uma delas é a de categoria universal da atividade humana porque supõe o eterno intercâmbio entre ser humano e natureza na satisfação das necessidades do primeiro, independente da forma de sociedade em questão. A outra dimensão é a de atividade que cria valor de uso (ou seja, cria um produto que é útil) numa sociedade historicamente determinada (TEIXEIRA, 1995).

Para Marx (2013), no sentido ontológico, qualquer trabalho é processo entre ser humano e natureza. Envolve a corporeidade, pois precisa de braços, mãos, pernas, cabeça etc., para ser realizado. Através dele, o ser humano age sobre a natureza externa e ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. Uma particularidade desse trabalho humano é o fato de o trabalhador possuir a capacidade de projetar na mente, de forma antecipada, o resultado desejado do seu processo de trabalho. Assim, o trabalho humano exige esforço dos órgãos corporais, mas também uma vontade orientada para um determinado fim ou, em outras palavras, uma teleologia (MARX, 2013), uma unidade entre concepção e execução. Essa teleologia está na base do desenvolvimento histórico. Outros animais não a possuem, por isso, não conseguem dar origem a um ser “qualitativamente novo”.

O trabalho engloba objeto e meios de trabalho. O objeto é aquilo que originalmente existe na natureza sobre o qual incide o trabalho (recursos naturais, por exemplo). Os meios de trabalho (instrumentos e técnicas) constituem coisas ou um complexo de coisas entre o trabalhador e o objeto do trabalho e servem como guia da sua atividade sobre o objeto. São como “órgãos” que o trabalhador acrescenta aos seus próprios órgãos corporais (MARX, 2013). Os meios também diferenciam a atividade humana da atividade de outros animais porque somente a espécie humana constrói instrumentos e ferramentas para serem utilizados num processo de trabalho. Analisar esses meios de trabalho possibilita conhecer não apenas espécies humanas extintas, mas também





formações socioeconômicas distintas. Afinal, o que distingue diferentes épocas e formações socioeconômicas não é o que é produzido, mas como é produzido. Então, pelos meios de produção (instrumentos/técnicas + objeto de trabalho) é possível conhecer o grau de desenvolvimento da força de trabalho e as condições sociais em que se trabalha ao longo da história.

O processo de trabalho, no seu sentido ontológico, também é uma atividade criadora de valor teleologicamente orientada (LUKÁCS, 2018). Isso porque opera uma transformação sobre o objeto de acordo com uma finalidade preconcebida, isto é, um valor de uso (produto). Este, por sua vez, pode aparecer enquanto produto final, mas também enquanto matéria-prima e enquanto meio de trabalho – vai depender de sua função no processo de trabalho (MARX, 2013).

Como relembram Montañó e Duriguetto (2011, p. 80), o trabalho é uma atividade teleológica e consciente em que o ser social escolhe o resultado desejado e, através da avaliação das condições para isso (causalidades), opta por um caminho a ser seguido. Por esta razão, constitui-se não somente enquanto fundamento ontológico do ser social, mas também fundamento da liberdade no sentido marxiano, pois possibilita escolher entre finalidades e caminhos. Mas, com a complexificação das sociedades, a relação “ser humano-natureza” passou a envolver cada vez mais a relação entre seres humanos. Eis a dimensão histórica do trabalho. Interessa aqui apreender a forma pela qual ele se manifesta no modo de produção capitalista.

No capitalismo, o trabalho somente se realiza sob o comando do capital. Embora não perca suas determinações ontológicas, o trabalho tem a função social de ser útil para a reprodução do capital. Dito isto, em primeiro plano, é necessário distinguir: o trabalho concreto enquanto perspectiva ontológica que faz entender o desenvolvimento do ser social; e o trabalho abstrato como expressão das alienações na sociedade capitalista. Segundo Montañó e Duriguetto (2011), na sociabilidade burguesa, o trabalhador necessariamente precisa vender sua força de trabalho a um capitalista, estabelecendo com ele uma relação de emprego, assalariada. O trabalho torna-se abstrato, pois, enquanto atividade assalariada, é alienado pelo capital. Para Lessa (2012), os seres humanos, submetidos ao mercado capitalista, são transformados em “coisas” (reificação) e têm suas vidas articuladas pelo





fetichismo da mercadoria. Também têm sua capacidade humana de trabalho reduzida a uma mercadoria por ela ser vendida enquanto “força de trabalho”.

A relação entre capital e trabalho não chega perto de realizar a liberdade no sentido marxiano, mas se caracteriza como relação de exploração e alienação. O trabalho, na sociedade capitalista, gera a exploração e a alienação e, portanto, a desumanização do trabalhador (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011). Implica na posse do controle sobre os processos de trabalho – os meios de produção (meios e objetos de trabalho) e a força de trabalho – que marca historicamente a estreia da subsunção do trabalho ao capital e o começo do modo de produção capitalista (SERAFIM, 2018).

Para Marx (2013), o capitalista compra no mercado todos os fatores necessários à produção, sejam estes objetivos (meios de produção) ou subjetivos (força de trabalho), constituindo, portanto, mercadorias. Além disso, consome a mercadoria “força de trabalho”, o que não altera a natureza do trabalho em si, mas altera o fato de o trabalhador realizá-lo para o capitalista em vez de para si mesmo. Na lógica da produção de mercadorias, o valor de uso é o que menos importa, pois funciona como suporte para o valor de troca. O capitalista não produz para si, mas para a venda. No fim das contas, o capitalista quer produzir não apenas um valor de uso, mas uma mercadoria; não apenas valor de uso, mas também valor (de troca); não apenas valor (de troca), mas “mais-valia” a partir do controle do tempo de trabalho excedente não pago.

Essa mais-valia é “o conteúdo e a finalidade do modo de produção capitalista, é a sua lei absoluta, é o objetivo determinante, é o seu critério mor” (SERAFIM, 2018, p. 516). É dele que vem o lucro fundamental perseguido pelos capitalistas. Mais além do que sugere a aparência, o lucro não é obtido no mercado através da troca, e sim na etapa estrita da produção. Em suma, a história da sociabilidade capitalista é a história de, quando, na sociedade: o dinheiro acrescido da nascente burguesia deixou de vir da simples relação de compra e venda de mercadorias e passou a vir da sua própria produção de mercadorias feita através da aplicação de força de trabalho comprada como mercadoria; o trabalhador deixou de ser o provedor do seu trabalho e passou a ser trabalhador como provedor da sua força de trabalho; o tempo de trabalho necessário passou a ser relativamente menor





comparado ao tempo de trabalho excedente (SERAFIM, 2018). É a história da subsunção do trabalho ao capital.

Conforme Serafim (2018), o primeiro empreendimento de controle dos processos de trabalho ocorreu com a concentração de trabalhadores num mesmo espaço de trabalho. Isso constituiu o embrião do que mais tarde Frederick Taylor chamaria de “racionalização do trabalho”. O segundo grande empreendimento foi a divisão manufatureira com a separação entre o planejamento (concepção) e a execução do trabalho, o que expropriou o saber-fazer do trabalhador. Ela aprofundou a divisão do trabalho, parcializando-o, transformando a força de trabalho de múltipla e complexa para simples e unilateralizada (BRAVERMAN, 1987). Isso elevou as possibilidades de ampliação sobre o tempo de trabalho excedente, de mais-trabalho, de mais-valia.

Esse trabalho está submetido à lei geral da acumulação capitalista – a acumulação privada de capital entre uns poucos em prejuízo da exploração da mais-valia e empobrecimento de uma maioria. Quanto maior a potencialidade de acumular riqueza, maior a magnitude do exército industrial de reserva. Como afirmam Montañó e Duriguetto (2011), maior o desemprego e o subemprego. As duas classes sociais fundamentais desse modo de produção, a burguesia (exploradora/controladora dos meios de produção e da força de trabalho) e o proletariado (explorada/vendedora da sua força de trabalho), seguem se enfrentando antagonicamente no desenvolvimento da história.

Mas é importante ressaltar: numa análise no nível estrutural do capitalismo, a divisão de classes mais ampla engloba capitalistas e trabalhadores; mas no nível mais conjuntural ou da formação econômica e social, engloba-se a heterogeneidade presente em cada classe social (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011). As classes não são homogêneas, mas constituídas por indivíduos e grupos concretos na sua complexidade. A classe trabalhadora, por exemplo, não é formada apenas por homens brancos com a ferramenta na mão no espaço da fábrica e na esfera da produção. Atualmente, inclusive, há cada vez mais mulheres imigrantes, negras, casadas ou chefiando famílias, com ou sem filhos, indígenas, jovens ou idosas, trabalhando na esfera da produção, dos serviços ou, ainda, na esfera da reprodução. A Teoria da Reprodução Social nos ajuda a compreender essa heterogeneidade das classes sociais, a diversidade dos corpos que





trabalham, bem como o capitalismo utilizou e ainda se utiliza disso para intensificar seu objetivo fundamental de valorização do valor.

O trabalho feminino na formação social brasileira: aportes da Teoria da Reprodução Social

A divisão social, sexual e racial do trabalho no capitalismo segundo a TRS

A Teoria da Reprodução Social (TRS) surgiu no século XXI, portanto, está ainda sendo desenvolvida e gradualmente conhecida, inclusive no Brasil. Tem base marxista e dá continuidade ao que algumas feministas marxistas como Lise Vogel (2013) já sistematizavam desde as décadas de 1970 e 1980: o argumento central de que há, por um lado, a produção de bens e de serviços (de mercadorias e, portanto, de valor) no âmbito da economia formal; e, por outro, a produção da vida (de pessoas) ou a reprodução social¹ fora da economia formal, por um baixo ou nenhum custo. Produção e reprodução social constituem duas faces de um mesmo processo integrado, corporificado, racializado e generificado. Não promovem uma dicotomia na qual uma se localiza na base econômica e a outra na superestrutura política, mas compõem a totalidade social como síntese de múltiplas determinações (BHATTACHARYA, 2019; MORAES, 2021; RUAS, 2020).

A TRS se esforça para direcionar a teoria social de Marx na compreensão das relações econômicas e “extraeconômicas”. O marxismo, apesar de ser considerado pelas teóricas da TRS como o melhor método para compreender a opressão sob o capitalismo, pode tropeçar em alguns aspectos. Por exemplo, quando algumas vertentes marxistas foram ou são acusadas (com razão) de priorizar classe em detrimento do gênero e/ou da raça; quando organizações marxistas ignoram as opressões de raça e de gênero; quando marxistas optam pela resolução das opressões para depois da “revolução”; quando há assédio por parte de homens marxistas; quando mulheres se sentem invisibilizadas ou ignoradas dentro das organizações marxistas (BHATTACHARYA, 2019). É preciso realizar a crítica e a autocrítica do marxismo.

Assim, a TRS busca entender como relações de opressão de gênero e de raça são produzidas de forma simultânea e imbricada à produção de mais-valia (MORAES, 2021). Reconhece que cada relação tem suas especificidades, mas, na realidade concreta, não





há como separá-las ou hierarquizá-las. Parte de uma perspectiva unitária das relações sociais sob o capitalismo – este é um complexo de relações de exploração, dominação, opressão e alienação que se associam de forma integrativa, ontológica. Todas as suas relações estão subordinadas à lógica do valor (RUAS, 2020). Formam uma unidade diversa e dialética, uma totalidade que subverte a maioria das coisas em mercadoria visando o lucro. Capitalismo, racismo e patriarcado constituem, assim, um único sistema de dominação-exploração (ARRUZZA, 2015). Sob essa perspectiva, gênero e raça não são “recortes”, mas totalidades parciais, o que leva ao entendimento da experiência diferenciada-mas-unificada das várias opressões (FERGUSON, 2017).

O processo de acumulação primitiva do capital está organicamente relacionado com o patriarcado e o racismo. Eventos históricos como a separação dos trabalhadores camponeses dos meios de produção, a urbanização das cidades, a caça às bruxas na Europa, os genocídios indígena e negro na “descoberta” do “novo mundo” e o trabalho escravizado foram partes de um mesmo processo (ARRUZZA, 2015; FEDERICI, 2017). Ou seja, a consolidação das relações capitalistas sobre a qual falamos no tópico anterior se deu de forma extremamente violenta tendo como suporte essencial as relações de raça e gênero.

No processo de consolidação do capitalismo, houve a separação entre “lugar de produção” e “família”. Claro que isso aconteceu de modo particular nos vários países, mas, de modo geral, com a expropriação de terras, a família patriarcal deixou de estar relacionada diretamente com a esfera da produção, sendo relegada ao âmbito privado e à responsabilidade pela esfera da reprodução (biológica e social) (ARRUZZA, 2015). Nessa nova configuração de família, às mulheres foi designado o trabalho reprodutivo privado (FEDERICI, 2017). Isso até hoje é fundamental para a continuidade do capitalismo.

Bhattacharya (2019) destaca que um apontamento fundamental de Marx foi o de perceber a força de trabalho como a mercadoria mais especial do capitalismo porque: ela é a única capaz de produzir todas as outras mercadorias; é a única que produz valor; é a única a ser dominada pelo capitalista através da extração excedente da sua capacidade. Além disso, é a única que não pode ser reproduzida de forma capitalista (SARAIVA, 2022). No entanto,





Marx também teve seus limites. Um deles foi o silêncio a respeito da origem dessa mercadoria tão valiosa. Dito isto, eis um dos questionamentos da TRS:

Se a força de trabalho produz valor, como a força de trabalho é, ela mesma, produzida? Certamente os trabalhadores não brotam do chão e chegam ao mercado frescos e prontos para vender sua força de trabalho para o capitalista [...] a chave do sistema, nossa força de trabalho, é, na verdade, ela mesma produzida e reproduzida fora da produção capitalista, num local baseado em laços de parentesco chamado família (BHATTACHARYA, 2019, p. 102).

O trecho acima expressa a reprodução social como a manutenção e a reprodução da vida em nível diário e geracional, tal como concebe a TRS. Diz respeito à forma como o trabalho necessário (físico, emocional e mental) para produzir a população é organizado socialmente: quem gesta e dá à luz, amamenta, prepara a comida, educa os jovens, cuida dos idosos e dos doentes, realiza os afazeres domésticos e como são organizadas as questões de sexualidade (ARRUZZA, 2015). Ademais, falar em reprodução da força de trabalho é falar da classe trabalhadora no seu conjunto, e não estritamente de “quem trabalha” (SARAIVA, 2022). A TRS amplia a categoria trabalho dentro da tradição marxista, pois considera tão importante quanto o trabalho produtivo, o trabalho reprodutivo, sendo este realizado de forma gratuita ou não:

A força de trabalho, em grande parte, é reproduzida por três processos interconectados: 1. Atividades que regeneram a trabalhadora fora do processo de produção e que a permitem retornar a ele. Elas incluem, entre uma variedade de coisas, comida, uma cama para dormir, mas também cuidados psíquicos que mantêm uma pessoa íntegra. 2. Atividades que mantêm e regeneram não-trabalhadores que estão fora do processo de produção – isto é, os que são futuros ou antigos trabalhadores, como crianças, adultos que estão fora do mercado de trabalho por qualquer motivo, seja pela idade avançada, deficiência ou desemprego. 3. Reprodução dos trabalhadores frescos, ou seja, dar à luz (BHATTACHARYA, 2019, p. 103).

Segundo a autora, tais atividades formam a base do capitalismo. Geralmente são realizadas sem cobrança alguma para o sistema, sobretudo por mulheres, nos lares e nas comunidades através,





por exemplo, do trabalho doméstico não remunerado. São tarefas “não materiais” ou “extraeconômicas” apenas na aparência, já que estão por trás da produção e da reprodução da vida. Mesmo que não produzam valor diretamente, são fundamentais para a exploração de mais-valia. Mas advertimos, com base em Arruzza (2015), que a noção de reprodução social é mais ampla que a de trabalho doméstico gratuito porque também engloba práticas sociais e tipos de trabalho que vão além das paredes dos lares. Se uma parte do trabalho de reprodução social vem das relações familiares, outra vem do mercado em prol do lucro e, ainda, do Estado em troca de um salário que comumente é baixo. Basta pensar na esfera dos serviços privados ou públicos em hospitais, escolas, instituições de longa permanência para idosos ou de acolhimento institucional para crianças/adolescentes, entidades assistenciais, no setor alimentício ou da limpeza, no trabalho doméstico remunerado, entre outros. Como afirma Saraiva (2022), nos lares, na esfera do Estado ou como um serviço capitalista – remunerado ou não, gerando mais-valia ou não –, o trabalho de reprodução social é corporificado, isto é, generificado e racializado.

Nessa perspectiva, o capitalismo é uma ordem social que, para extrair mais-valia, precisa dominar/oprimir por intermédio do gênero, da raça, da sexualidade. Como aponta Oliveira (2021), o capitalismo apropriou-se do patriarcado (que já existia), subalternizando o que foi construído socialmente como feminino em benefício do masculino. Esse patriarcado possui uma essência cisheteronormativa que estende a violência dirigida às mulheres também às pessoas LGBTQ+. Além disso, o capitalismo fundou o racismo como forma de hierarquizar seres humanos determinando a superioridade do branco ocidental – padrão de existência humana – sobre o outro (africano, indígena e asiático).

Na realidade concreta, o capitalismo é sistema que domina/oprime os corpos de mulheres, de pessoas LGBTQ+, de pessoas negras etc. Enfim, daqueles(as) que produzem e são explorados(as) diretamente. É possível visualizar no cotidiano a divisão sexual, racial e internacional do trabalho. Nela, o trabalho de reprodução tem seu valor rebaixado além de ser ocultado como parte da base material do sistema. Isso faz parte da estratégia capitalista de ter o mínimo de ônus. Seja através do trabalho doméstico gratuito, seja do trabalho mal remunerado,





é conveniente para o capital manter a exploração/dominação/opressão sobre (principalmente) as mulheres porque são elas quem majoritariamente produzem a força de trabalho a ser explorada pelo capital. Como aponta Vogel (2013), há uma clara relação entre a exploração de uma classe por outra e a opressão pelo gênero e pela raça.

Mesmo que o racismo ou o patriarcado existam como totalidades parciais, estão ontologicamente integrados com as outras partes e o todo, que é o sistema único capitalista (MORAES, 2021; RUAS, 2020). Como argumenta Ruas (2020), o capitalismo como uma abstração não existe de fato. Apenas existe o capitalismo racializado e patriarcal. Entendemos que, quanto mais intensa a extração de mais-valia, mais intensas serão as opressões de gênero e de raça. Lembra Lukács (1978) que, para Marx, a história autêntica só poderá começar com o comunismo, estágio superior do socialismo. Mas acrescentamos, com base na TRS: a superação do capitalismo passa necessariamente pela superação do patriarcado e do racismo.

***O trabalho feminino na formação social brasileira:
entre a estrutura social e a atual conjuntura***

Na totalidade capitalista, patriarcal e racista, a única coisa que resta para muitas mulheres e outros grupos sociais expropriados dos meios de produção é a venda de sua força de trabalho. Historicamente, em países de capitalismo dependente como o Brasil, o trabalho é precarizado e a classe trabalhadora é superexplorada. Isso se deve à lógica de desenvolvimento combinado e desigual, que articula elementos arcaicos e modernos na constituição dos países capitalistas centrais e dos países periféricos. Os primeiros necessariamente procederam à exploração/dominação dos segundos desde os primórdios do capitalismo, com o estabelecimento de sociedades coloniais em que o branco colonizador determinou as rédeas do desenvolvimento (FERNANDES, 2005).

Na formação social brasileira, o trabalho feminino é parte do processo de expropriação dos bens comuns pelo capital que iniciou no período de acumulação primitiva. Isso permanece, ainda que sob formas renovadas, até hoje. O Brasil e outras sociedades latino-americanas são herdeiras de sociedades ibéricas. Estas, por sua vez, foram estruturadas de modo bastante hierarquizado,





com uma vasta experiência quanto à articulação das relações sociais nas quais tudo e todos têm um lugar peculiar, não deixando espaço para uma igualdade além da formal (GONZÁLEZ, 2020). O conquistador de terras ibéricas portava valores altamente senhoriais, patrimonialistas e autoritários (QUIJANO; WALLERSTEIN, 1992).

Nossa formação social está inscrita no projeto civilizatório da Modernidade Ocidental que englobou a expansão marítima e a conquista de territórios. Tal projeto iniciou com a invasão da América no “longo século XVI²” (GROSFUGUEL, 2016, p. 26) e impulsionou a nova ordem capitalista mundial. Mas, como ressaltam Quijano e Wallerstein (1992), não foi a América quem se incorporou a uma economia-mundo capitalista. Esta que não existiria sem a América. Na particularidade brasileira, a colonização aconteceu principalmente por Portugal com a submissão e a destruição de diferentes povos como os indígenas, que aqui já habitavam, e os africanos, trazidos numa diáspora forçada para terem escravizado o seu trabalho braçal (não tinham sua força de trabalho mercadorizada, pois eles próprios eram a mercadoria). Segundo Moura (2014), os colonizadores portugueses primeiro cortaram o desenvolvimento tribal dos grupos indígenas e, depois, aplicaram a escravidão negra como solução para todo regime de trabalho que brotou e se estratificou pela colônia, realizando um intenso e violento comércio de carne humana.

A colonização deu origem à colonialidade, que é o assujeitamento de países e suas economias, agrupados sob graus hierárquicos (as colônias nos mais baixos graus) e também de indivíduos/grupos e suas marcas, etnias, idiomas, culturas, linguagens, sotaques, fenótipos, indumentárias, religiões. Criou-se a “americanidade” como elemento essencial do novo sistema-mundo e base para o estabelecimento da divisão entre americanos nativos, brancos, negros, crioulos e europeus. A etnicidade como consequência cultural inevitável da colonialidade delineou fronteiras culturais correspondentes à divisão do trabalho (ORTEGAL, 2018; QUIJANO; WALLERSTEIN, 1992). Justificou as formas mais bizarras de controle do trabalho inventadas como parte da americanidade (a escravidão para negros africanos); formas de trabalho forçado para indígenas; expropriação e precarização para a classe trabalhadora europeia.





Na América, as tensões raciais entre europeus, indígenas e africanos constituíram um dos grandes genocídios do longo século XVI (GROSFOGUEL, 2016). Colonizados foram animalizados. Animais pacíficos ou agressivos, mas sem a racionalidade do colonizador. Essa ideia foi sustentada por diversos argumentos religiosos ou científicos e abriu precedentes para explorar, violentar, exterminar (ORTEGAL, 2018). Corpos colonizados foram coisificados, super sexualizados e/ou patologizados. Sobre isso, Maldonado-Torres (2019, p. 40) informa que “o modelo de gênero e sexo do colonizador é tomado pelos sujeitos colonizados como direcionador de suas próprias performances em seus esforços de parecerem normais em um mundo que os considera essencialmente anormais, deficientes e maus”. Quantos corpos não foram objetificados e estuprados e, em especial, os corpos de mulheres africanas e indígenas?

Os dois polos da relação colonial constituíram uma dicotomia. De um lado, o dominante, correspondente ao modelo universal e abstrato de ser humano (homem branco, europeu, cristão, burguês, heterossexual, racional). De outro, os dominados e as dominadas, sem aquelas características. O controle do ser e do poder (MALDONADO-TORRES, 2019) dos(as) dominados(as) pelo dominante intermediado pelo colonialismo é uma mediação presente na nossa formação social.

Entre os séculos XIX e XX, o Brasil tornou-se “independente” (mesmo sustentando, durante algumas décadas, sem qualquer problema, o liberalismo e a escravidão), aboliu a escravidão, entrou no período republicano, viveu regimes ditatoriais, redemocratizou-se. Mas a estrutura da sociedade não se alterou significativamente. A relação entre dominantes e dominados(as) permanece, mesmo que sob novas roupagens. Isso porque a colonialidade é uma lógica global de desumanização que reproduz efeitos materiais, simbólicos e epistêmicos, sendo capaz de existir mesmo na ausência de colônias formais (MALDONADO-TORRES, 2019). A colonialidade, na sua estreita relação com o capitalismo, persiste. Independente do “bloco histórico” referente ao desenvolvimento capitalista interno – na eclosão de um mercado capitalista moderno, na fase de formação e expansão do capitalismo competitivo ou na irrupção do capitalismo monopolista (FERNANDES, 2005) –, ela continua estruturando





as relações sociais. Nossa economia persiste dependente. As relações sociais dela decorrentes permanecem hierárquicas.

Na lógica da colonialidade, o vínculo entre classe, raça e gênero (este último sob a forma do cisheteropatriarcado) acirra as hierarquias entre as pessoas. Tal vínculo não se faz de forma homogênea e permite inúmeras configurações e contradições. De todo modo, há uma discrepância no que diz respeito ao controle da economia, da natureza, da autoridade, do gênero, da sexualidade e até da subjetividade. São naturalizados o extermínio, a expropriação, a dominação, a exploração, a morte prematura, a tortura e o estupro (MALDONADO-TORRES, 2019), embora isso não ocorra sem resistências por parte dos povos expropriados (MOURA, 2014; GONZÁLEZ, 2020).

Saffioti (2004) usa a metáfora do nó para ilustrar como a nossa sociedade está fundada nos eixos de classe, raça e gênero. Dependendo das condições históricas e existenciais específicas, cada componente deste nó “capitalismo-patriarcado-racismo” pode assumir um relevo distinto. Mas, na totalidade da vida social, não há prevalência de um componente sobre o outro porque eles existem dialeticamente. O patriarcado entrou em todas as esferas da vida social para além da doméstica. O capitalismo mercantilizou todas as relações sociais, incluindo as de gênero. E o racismo também constitui o corpo social, fortemente associado com os eixos anteriores. Como lembram Quijano e Wallerstein (1992), mesmo depois do domínio colonial e da abolição da escravidão nas Américas, o racismo persistiu como elemento que embasa todo tipo de violência, arbitrariedade e desigualdade.

A fusão entre sistemas de dominação-exploração – o capitalismo, o racismo e o patriarcado (SAFFIOTI, 1987) ou o sistema unitário capitalista (ARRUZZA, 2015; BATHACHARYA, 2019) – assume particularidades no Brasil. Aqui, o Estado foi fundamental para o tráfico de negros(as) que articulou, simultaneamente, escravidão e latifúndio. Vivemos a herança colonial, patriarcal, escravocrata e patrimonialista do país. Vivemos a dependência econômica/ideológica face às potências estrangeiras, compensada para a burguesia nativa por uma classe trabalhadora superexplorada e, predominantemente, não branca. O capitalismo monopolista dependente e subdesenvolvido que reina aqui mistura estruturas arcaicas e modernas num processo de contrarrevolução constante por parte de uma autocracia burguesa (FERNANDES,





2005). Tudo isso é visível nas estatísticas do presente: basta analisar os “perfis” marcantes de quem acessa o poder político, conquista mais vagas nas universidades públicas e nos cursos de maior concorrência, ocupa os postos mais altos no mercado de trabalho, tem acesso à terra, espera ou morre na fila do SUS, morre mais com a violência rural e urbana ou em decorrência de abortos, vive na rua, é assassinado(a) enquanto brinca na calçada de casa, está encarcerado(a) ou medicalizado(a), quem trabalha com o quê e em que condições... É sob este último aspecto que detemos nossa atenção.

Na fusão entre capitalismo, patriarcado e racismo, as mulheres servem como força de trabalho para o trabalho produtivo, mas também como reprodutoras de herdeiros, de mais força de trabalho ou de novas reprodutoras. Servem ainda como objeto sexual (SAFFIOTI, 2004). Ou seja, são elas as prioritariamente responsabilizadas pelas tarefas de reprodução social enquanto reprodução e manutenção da vida, segundo a TRS.

As mulheres das camadas sociais diretamente relacionadas com a produção de bens e serviços nunca foram alheias ao trabalho, mesmo nas economias pré-capitalistas. Mas no capitalismo foram submetidas a uma dupla desvantagem social: no plano da estrutura, foram cada vez mais marginalizadas das funções produtivas na medida do desenvolvimento das forças produtivas; no plano da superestrutura, tiveram rebaixadas algumas de suas características naturais ou construídas/atribuídas socialmente, o que favoreceu a supremacia do masculino (SAFFIOTI, 2013). Nesse modo de produção, as mulheres foram intensamente vistas como elemento obstrutor do desenvolvimento, mas, na realidade, o sistema é quem impedia a sua realização plena (SAFFIOTI, 2013). Assim é até hoje e as mulheres são discriminadas independente de sua condição econômica-social. Mas como a TRS adverte, a totalidade capitalista necessita do patriarcado, mas também do racismo. E é por isso que mulheres têm suas existências impactadas pelo capital de distintas maneiras, a depender da posição que ocupam na estrutura social, o que inclui questões raciais. Saraiva (2022) alerta que qualquer abordagem sobre a divisão sexual do trabalho que considere apenas as desigualdades de gênero cai no equívoco da “experiência feminina universal”. Para evitar tal equívoco, apoiamo-nos em González (2020) e na





sua categoria de “amefricanidade³” para compreender como o trabalho feminino assume particularidades em países periféricos como o Brasil.

Nos primórdios do capitalismo, na Europa, um primeiro contingente feminino preterido do trabalho produtivo foram as esposas dos burgueses em ascensão. Mas, ao contrário, as mulheres das classes trabalhadoras não foram dispensadas do trabalho, visto que tiveram sua força de trabalho incorporada ao trabalho industrial, tendo arrancadas de si uma gigante mais-valia absoluta. Essa subalternização se intensifica em países periféricos/ dependentes como o Brasil, já que, junto à elaboração social do sexo, o capitalismo também recorre às relações de dominação-subordinação entre as nações (SAFFIOTI, 2013), bem como ao racismo. Assim, só é possível entender o trabalho feminino no Brasil, no passado ou no presente, a partir da análise da nossa formação social e econômica.

Na sociedade escravocrata-senhorial do Brasil, a mulher negra desempenhava, além da função no sistema produtivo de bens e serviços, uma função sexual regular em prol do prazer de seu senhor. Às brancas cabia o desempenho da função de esposas dos senhores e mães dos filhos legítimos, já que eram socializadas, desde muito jovens, ao casamento e à maternidade enquanto destino social (SAFFIOTI, 2013). Ao longo do século XIX, a vida da mulher da camada senhorial sofreu algumas alterações relacionadas com o processo de urbanização do país: já não ficava “presa” na casa-grande e podia ter algum contato social em festas, teatros, igreja, embora ainda não tivesse direito à instrução. As mulheres negras, por sua vez, persistiam reféns da miséria e da prostituição atrelada à sua condição de escravizada. A independência política do Brasil em 1822 gerou um tipo de pensamento e de prática político-social preocupados com a “questão nacional”. Moura (2014) resgata que muitos escravizados negros se engajaram nos movimentos políticos em prol da independência por diversos cantos do país. Mas fato é que, até hoje, tem se tentado excluir a população negra de seus projetos de construção de nação brasileira (GONZÁLEZ, 2020). A abolição da escravidão em 1888, por sua vez, representou uma emancipação precária e abstrata para essa população. Particularmente, a mulher negra continuou a se prostituir, mas agora de forma “assalariada”, motivada por razões econômicas.





Já no século XX, no Brasil republicano, a industrialização e a urbanização relegaram grande contingente de pessoas negras a viver nas alas periféricas das grandes cidades. O fim da escravidão como parte da nova ordem social capitalista monopolista que se gestava alçara agora os(as) escravizados(as) à condição de trabalhadores(as) “livres”. Mas muitos(as) ficaram excluídos(as) do mercado formal de trabalho, logo, eram “não cidadãos”, haja vista que cidadania era sinônimo de ter vínculo formal de trabalho. Os relatos de Carolina Maria de Jesus (2021) em “Quarto de despejo” possibilitam visualizar as condições precárias de vida e de trabalho de muitas mulheres negras, sempre em grotesca desvantagem face a outros grupos sociais num cenário de exploração e domínio permanente pela autocracia burguesa, independente da sua manifestação, se mais ou menos brutal em termos de poderes políticos.

Na segunda metade do século XX, entre 1968 e 1980, as diversas transformações econômicas, políticas, culturais ocorridas no Brasil e no mundo impactaram consideravelmente a força de trabalho feminina. Primeiramente, ela dobrou. Depois, aumentou o número de mulheres nas universidades. Elas passaram a ocupar funções relacionadas com pessoal de escritório, caixas, enfermeiras, recepcionistas etc. No entanto, de modo algum, isto diz respeito a todas, já que, se pensarmos na dimensão racial, as mulheres negras foram as que mais se concentraram nas ocupações manuais nos meios urbanos e rurais, com baixos níveis de rendimento e de escolaridade. São ainda as que menos passaram a exercer atividades de nível médio de contato com o público, o que é determinado também por “questões de boa aparência”. E são as que menos alcançaram profissões de nível superior. Desde cedo, muitas meninas negras disponibilizam sua força de trabalho para contribuir com a sobrevivência de suas famílias. Em suma: a modernização conservadora imposta pelos donos do poder no país favoreceu apenas “a mulher” como uma categoria universal abstrata, visto que deixou excluído um grande contingente populacional: as mulheres negras (GONZÁLEZ, 2020).

Na década de 1990, os efeitos da crise estrutural do capital, que eclodiu primeiramente em países centrais, se intensificaram pelo Brasil. Numa perspectiva antagônica à da CF1988 e da regulamentação de políticas sociais como as de Seguridade Social, o neoliberalismo que invadiu o país apenas reforçou a





situação de penúria à qual já estavam submetidas historicamente as mulheres negras. A exploração econômica e a opressão racial e de gênero das quais sempre foram alvo persiste na atualidade. Se uma minoria delas “ascendeu” economicamente, muitas ainda estão envolvidas diretamente com o trabalho de reprodução social, não pago ou mal pago, conforme a TRS. Trabalham em casas de família ou em repartições públicas ou privadas limpando, cozinhando, cuidando. Não raro voltam para suas casas e continuam o trabalho de reprodução no âmbito de suas próprias famílias, o que caracteriza uma jornada dupla ou até tripla. A exploração/opressão alcança também as mulheres lésbicas e trans, muitas delas negras, que têm dificuldade de inserção no mercado de trabalho formal, bem como estão fortemente expostas à violência homofóbica e transfóbica. Atingem também meninas negras e pobres, vítimas do trabalho infantil.

O que pouco se vê é o quanto o trabalho reprodutivo das mulheres, com mais intensidade o das negras, é útil à acumulação capitalista. Mas apesar da sua inquestionável utilidade, é valorado como o mais barato por envolver uma baixa qualificação. Como afirma Carduz (2021), o capital necessita de diferentes forças de trabalho que são desvalorizadas pelo racismo, pelo sexismo, pela xenofobia, pela homofobia, pela transfobia etc. O trabalho reprodutivo realizado por mulheres (muitas delas negras, imigrantes ou migrantes no mesmo país, pobres) é desvalorizado, mas indispensável ao capital. Isso ficou ainda mais perceptível com a pandemia pela Covid-19, que também demonstrou o valor do trabalho de cuidado, bem como a distribuição desigual do cuidado entre as diferentes comunidades e indivíduos em todo o globo (CARDUZ, 2021). Como argumenta Saraiva (2022), hierarquizar parcelas das classes trabalhadoras viola o valor da força de trabalho desses grupos, mas também rebaixa os patamares de remuneração e de direitos da classe trabalhadora em conjunto. Essa hierarquia e esse rebaixamento são perceptíveis não apenas no trabalho assalariado e no acesso a direitos trabalhistas, mas também no âmbito da reprodução social. Basta pensar na qualidade de serviços públicos prestados como creches, hospitais, escolas, praças, recreação ou nas condições de higiene e saneamento básico de bairros e comunidades, no acesso ao transporte, na alimentação e nutrição de famílias, nas condições de habitação (SARAIVA, 2022). Não é





coincidência que as políticas sociais estreitamente relacionadas com a reprodução social sejam as mais penalizadas em tempos de ultraneoliberalismo. Ademais, a gestão/execução dessas políticas não deixa de ser determinada pelo perfil majoritário de seus/suas usuários/usuárias. Se são mulheres negras e pobres, como elas têm sido geridas/executadas? Não é coincidência serem altamente focalizadas, precarizadas, emergenciais, como ocorre, por exemplo, na política de assistência social (mas não só).

O racismo e o patriarcado perseguem as mulheres negras no mercado de trabalho. Na procura de emprego, são constrangidas a mudar sua imagem para, de algum modo, desvincularem-se de sua aparência e corresponderem à expectativa do cargo pretendido. Além disso, quando empregadas, o seu status social não muda a forma pela qual são vistas nos espaços sociais que, historicamente, não são apropriados a elas. Há a sua predominância na atividade doméstica ainda hoje, segmento mais inferiorizado do mercado de trabalho (NASCIMENTO; GONÇALVES, 2021). Também são elas as que desempenham tarefas similares às dos tempos oficiais de escravidão, não raro vestidas de branco (basta lembrar de cenas cotidianas como as babás de filhos de artistas globais ou cuidadoras de idosos na orla de Copacabana, por exemplo); são vitimizadas em trabalhos em condições análogas à escravidão (vide os casos de trabalhadoras resgatadas das casas dos patrões onde viveram por anos, muitas vezes sem liberdade de ir e vir ou qualquer salário); fora da “casa grande-senzala” contemporânea, também são elas as que mais trabalham pesadamente em serviços de baixa remuneração, geralmente nos bastidores, em hospitais, restaurantes, escolas, instituições de acolhimento, supermercados etc.

Enfim, as mulheres negras são destinadas a funções e atribuições vinculadas à servidão (NOGUEIRA; PASSOS, 2020). Segundo o Dieese (2022), elas foram as mais prejudicadas quanto ao trabalho no contexto de pandemia, já que muitas perderam suas ocupações e não conseguiram se reinserir. Aquelas que não perderam, tiveram suas rendas rebaixadas e passaram a receber menos por hora de trabalho quando comparadas com outros grupos sociais. Além disso, foram as mais expostas à contaminação e à mortalidade por conta da posição que ocupam no mercado de trabalho (NOGUEIRA; PASSOS, 2020) e na estrutura social. Lembre-se que, oficialmente, a primeira vítima fatal da



pandemia no Brasil foi Rosana Urbano, de 57 anos, trabalhadora negra, moradora da periferia de São Paulo. No Rio de Janeiro, a primeira morte foi de Cleonice Gonçalves, senhora negra, idosa de 63 anos, empregada doméstica desde os 13, que contraiu a Covid-19 na casa dos patrões, lugar onde morava durante a semana. Nada disso é por acaso! Claramente, o governo Bolsonaro na conjuntura de pandemia ratificou o seu desprezo pelas vidas negras pertencentes às classes trabalhadoras. Mas esse desprezo é uma continuidade de como, historicamente, foram forjadas as relações sociais capitalistas na nossa formação social.

Considerações finais

O trabalho é uma categoria ontológica do ser social que possibilita compreender não apenas a relação ser humano-natureza, mas também a exploração “do homem pelo homem” na sociedade capitalista contemporânea, altamente clivada por hierarquias de classe, raça e gênero. Na crise capitalista atual, o mundo do trabalho é fundamentalmente deteriorado. Intensificam-se os processos de exploração, terceirização, precarização, informalidade. O desemprego é gigantesco. Em países dependentes como o Brasil, a lógica da colonialidade que surgiu com o despontar do modo de produção capitalista persiste e está na base da nossa divisão social, racial e sexual do trabalho.

Uma análise pautada na dialética entre singular-particular-universal é o que nos ajuda a compreender situações concretas de desigualdade social como a superexploração do trabalho de mulheres negras e pobres no Brasil. Desse modo, é importante continuar os esforços para compreender a divisão social, sexual, racial e internacional do trabalho. Um caminho profícuo (mas não o único) que tem sido trilhado por pesquisadoras do Serviço Social é a aproximação com a TRS. Mesmo reconhecendo eventuais insuficiências do pensamento de Marx, a TRS parte da sua noção de totalidade social como síntese de múltiplas determinações, portanto, vendo o “todo” capitalista na relação dialética com suas partes, o que gera a experiência diferenciada-mas-unificada das várias opressões. As implicações desse investimento na TRS não são apenas teóricas, mas práticas, como a união numa insurgência anticapitalista comum.

É inquestionável continuar a luta por uma sociedade em que o trabalho não seja alienado pelo capital. Por uma sociedade

em que o trabalho preserve seu valor de uso para satisfazer as necessidades sociais de homens e mulheres; que seja fonte de liberdade concreta. Por uma sociedade não capitalista, não racista e não patriarcal que contemple o ser humano genérico, a despeito de sua diversidade, na sua dimensão criativa e autoprodutiva.

Referências

- ARRUZZA, C. Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo. *Revista Outubro*, n. 23, p. 33-58, 1 sem. 2015.
- BHATTACHARYA, T. O que é a teoria da reprodução social? *Revista Outubro*, n. 32, p. 99-113, 1 sem. 2019.
- BRAVERMAN, H. *Trabalho capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. 3. ed. Rio de Janeiro: LTR, 1987.
- CARDUZ, C. La división social del trabajo en la (re)producción capitalista en tiempos de la pandemia del Covid-19. *Rev. Plaza Pública*, año 14, n. 25, p. 6-23, jul. 2021.
- DIEESE. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. *Mulheres no mercado de trabalho brasileiro: velhas desigualdades e mais precarização: 2022*. São Paulo: Dieese, 2022.
- FEDERICI, S. *Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante, 2017.
- FERGUSON, S. Feminismos interseccional e da reprodução social: rumo a uma ontologia integrativa. *Cadernos Cemarx*, Dossiê: Marxismo e feminismo no debate de gênero e sexualidade, Campinas, n. 10, p. 14-38, 2017.
- FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. São Paulo: Globo, 2005.
- GONZÁLEZ, L. Mulher negra. In: RIOS, F.; LIMA, M. (org.). *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- GROSGUÉL, R. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. *Soc. estado*, Brasília, v. 31, n. 1, p. 25-49, 2016.
- IAMAMOTO, M.; CARVALHO, R. *Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 19. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

JESUS, C. *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. São Paulo: Ática, 2021.

LESSA, S. *Mundo dos homens: trabalho e ser social*. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

LUKÁCS, G. *As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem*. Temas de Ciências Humanas. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978. p. 1-18.

LUKÁCS, G. *Para uma ontologia do ser social*. Maceió: Coletivo Veredas, 2018.

MALDONADO-TORRES, N. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: BERNARDINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N.; GROSGOUEL, R. (org.). *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. 2. ed. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2019.

MARX, K. *O capital*, Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

MONTAÑO, C.; DURIGUETTO, M. L. *Estado, Classe e Movimento Social*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MORAES, L. Relação entre universal, particular e singular em análises feministas marxistas: por uma ontologia integrativa. *Revista Plural*, v. 28, n. 2, p. 132-158, jul./dez. 2021.

MOURA, C. *Rebeliões da Senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas*. 5. ed. São Paulo: Anita Garibaldi; Fundação Maurício Grabois, 2014.

NASCIMENTO, T.; GONÇALVES, R. Entre a divisão sexual e a divisão racial do trabalho: a precarização das relações de trabalho das mulheres negras. *O público e o privado*, n. 40, p. 272-287, set./dez. 2021.

NOGUEIRA, C.; PASSOS, R. A divisão sociossexual e racial do trabalho no cenário de epidemia do COVID-19: considerações a partir de Heleieth Saffioti. *Caderno CRH*, Salvador, v. 33, p. 1-9, 2020.

OLIVEIRA, R. *Serviço Social, classe, gênero e raça: tendências teórico-metodológicas e as possíveis contribuições da Teoria Unitária*. 2021. 227 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2021.

ORTEGAL, L. Relações raciais no Brasil: colonialidade, dependência e diáspora. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 133, p. 413-431, 2018.

QUIJANO, A.; WALLERSTEIN, W. Americanity as a concept or the Americas in the modern world-system. *International Social*

Science Journal, Paris, n. XLIV, p. 549-557, nov. 1992.

RUAS, R. Teoria da Reprodução Social: apontamentos para uma perspectiva unitária das relações sociais capitalistas. *Revista Direito e Práxis*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 01, p. 379-415, 2020.

SAFFIOTI, H. *O poder do macho*. São Paulo: Moderna, 1987.

SAFFIOTI, H. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

SAFFIOTI, H. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SARAIVA, C. Totalidade, reprodução social e divisão sexual-racial do trabalho no capitalismo dependente. *Revista Praia Vermelha*, Rio de Janeiro, v. 32, n. 1, p. 48-73, jan./jun. 2022.

SERAFIM, R. Elementos da categoria subsunção do trabalho ao capital em Marx. *Revista Praia Vermelha*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 510-536, 2018.

TEIXEIRA, F. *Pensando com Marx: uma leitura crítico-comentada de O Capital*. São Paulo: Editoria Ensaio, 1995.

VOGEL, L. *Marxism and the oppression of women: toward a unitary theory*. Chicago: Haymarket Books, 2013.

Notas

1 Há uma diferença entre a categoria “reprodução social” na tradição marxista e a “reprodução social” na TRS. Na tradição marxista, reprodução social significa a reprodução de uma sociedade na sua totalidade, uma reprodução “societal” das relações de classe, do conjunto do sistema, e envolve o Estado, as forças armadas, a família, a escola, a ciência, a cultura, a política, a ideologia (ARRUZZA, 2015; SARAIVA, 2022). Tem a ver com a reprodução das relações sociais de forma abrangente, que abrange o modo de viver e de trabalhar, a reprodução cultural, espiritual e as formas de consciência social (IAMAMOTO; CARVALHO, 2006) que ditam e limitam as escolhas dos indivíduos nessa sociabilidade. Já na TRS, a reprodução social diz respeito especificamente à manutenção e à reprodução da vida, em nível diário e geracional de produtores diretos/trabalhadores(as). Ou, mais diretamente, ao conjunto de processos, tarefas e trabalhos que garantem as condições de subsistência diária e de renovação geracional da classe trabalhadora (SARAIVA, 2022). ↑

2 Segundo Grosfoguel (2016), o “longo século XVI” é uma ideia do historiador francês Fernand Braudel e corresponde ao período entre 1450-1650, que foi o de formação da economia-mundo europeia capitalista. ↑

3 Amefricanidade diz respeito a uma descendência (a dos africanos trazidos pelo tráfico negreiro e a dos povos originários que habitavam a América muito antes da chegada de Colombo) da “América” (sistema etnogeográfico de referência) em contraposição a um modelo ariano europeu. Existe – e é preciso analisar a partir disso – um proletariado afrolatinoamericano. ↑



Este número da Revista Praia Vermelha foi diagramado em janeiro de 2024 pelo Setor de Publicações e Coleta de Dados da Escola de Serviço Social da UFRJ, para difusão online via Portal de Revistas da UFRJ. Foi utilizada a fonte Montserrat (Medium 13/17,6pt) em página de 1366x768pt (1:1,77).